



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

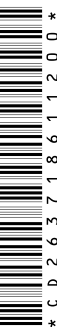
REQUERIMENTO N° _____, DE 2026
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a comunicação comunitária como instrumento de promoção dos direitos humanos, da inclusão social, da diversidade e da participação democrática, em homenagem aos 30 anos da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO) e aos 29 anos da TV Comunitária de Brasília.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater a importância da comunicação comunitária para a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da democracia participativa, em homenagem aos 30 anos da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO) e aos 29 anos da TV Comunitária de Brasília. Nessa perspectiva, solicito que sejam convidados (as):

- Representante do Ministério da Cultura;
- Representante do Ministério das Comunicações;
- Representante da Secretaria de Comunicação da Presidência da República
- Representante da Secretária-geral da Presidência da República
- Sr. Carlos Manuel Baigorri - Presidente da Anatel
- Sra. Kátia Marko FNDC - Coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC





CÂMARA DOS DEPUTADOS

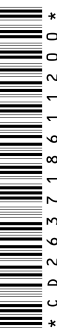
- Sr. Geremias dos Santos - Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – Abraço Brasil
- Sr. Paulo Miranda - Presidente da TV Comunitária de Brasília
- Sr. Carlos Alberto de Almeida - Diretor da TeleSur TV

JUSTIFICAÇÃO

A comunicação comunitária constitui instrumento fundamental para a promoção dos direitos humanos, da cidadania, da democracia participativa e da pluralidade de vozes na sociedade brasileira. Nesse contexto, a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO) e a TV Comunitária de Brasília acumulam trajetórias marcadas pelo compromisso com a democratização da comunicação e com a defesa dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Ao longo de suas histórias, ambas as instituições têm contribuído para dar visibilidade às pautas de direitos humanos, promovendo espaços de debate e informação sobre igualdade racial, direitos das mulheres, direitos da população LGBTQIA+, direitos das pessoas com deficiência, direitos da juventude, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e de outros grupos historicamente vulnerabilizados. Por meio de uma comunicação comprometida com o interesse público, essas entidades têm ampliado o acesso à informação e fortalecido a participação social e o exercício da cidadania.

A ABRAÇO, ao representar e fortalecer milhares de rádios comunitárias em todo o país, tem desempenhado papel estratégico na valorização das identidades locais, da diversidade cultural e da comunicação popular. Por sua vez, a TV Comunitária de Brasília consolidou-se como espaço democrático de difusão de conteúdos educativos, culturais e informativos, contribuindo para o fortalecimento do diálogo entre a sociedade civil, os movimentos sociais e o poder público.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A realização desta Audiência Pública permitirá reconhecer a relevante contribuição dessas instituições para a promoção dos direitos humanos e para a consolidação da democracia brasileira, bem como debater os desafios e perspectivas da comunicação comunitária, especialmente no que se refere à garantia do direito à comunicação como direito humano fundamental.

Diante da relevância do tema, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputada **ERIKA KOKAY**- PT/DF

